



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

VIDA E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA FACE ÀS DISPUTAS TERRITORIAIS: O CASO DA TERRA INDÍGENA IBIRAMA-LAKLÃNÔ, SANTA CATARINA, BRASIL

Douglas Ladik Antunes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - douglasladik@gmail.com
Professor Efetivo do PPGPLAN/FAED/UDESC, Engenheiro Mecânico formado no Instituto Mauá de Tecnologia IMT/EEM, Mestre em Engenharia Ambiental pela UFSC, Doutor em Design pela PUC-Rio.

Orivaldo Nunes Júnior (Universidade do Estado de Santa Catarina) - nunonunes3@gmail.com
Indigenista, Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na UDESC, Mestre em Educação pela UFSC, Bacharel em Filosofia pela UFSC.

Aquiles Carrion dos Santos Schluter (Universidade do Estado de Santa Catarina) - aquilessch@hotmail.com
Bacharel em Geografia pela UDESC, Graduando em Licenciatura em Geografia pela UDESC.

Vida e mobilização Indígena face às disputas territoriais: o caso da Terra Indígena Ibirama-LaKlãnõ, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

A Terra Indígena Ibirama-LaKlãnõ é habitada por três etnias: Xokleng, Kaingang e Guarani Mbyá. Historicamente esta TI é marcada por diversos conflitos ambientais territoriais e um processo de territorialização confuso e controverso. O presente artigo busca sistematizar os principais fatos históricos que definiram os limites da demarcação da TI e remontar o histórico dos processos de mobilização e reivindicação do Movimento Indígena local em defesa de seus direitos. Para tanto foi feito um amplo levantamento documental e a coleta de depoimentos em campo, com “anciões” e lideranças, e a sistematização das informações em um quadro, constituindo uma linha do tempo, e um mapa com a representação gráfica das áreas em disputa e conflito. Como resultado se verifica que instituições do Estado e alguns setores da iniciativa privada têm se caracterizado como os principais antagonistas sociais, configurando situações de disputas territoriais sobre os recursos naturais e sobre as determinações dos limites territoriais.

APRESENTAÇÃO

Este artigo resultou de um esforço em sistematizar a apresentar uma série de fatos históricos que impactaram na vida do povo indígena Laklãnõ/Xokleng, Kaingang e Guarani Mbyá da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ (que doravante chamaremos de T.I. Laklãnõ) e suas consequentes estratégias de mobilização e ação. Pretende-se aqui a apresentação de resultados de pesquisa que ainda se encontram sob análise, e que organiza a relação de diversos fatos históricos sobre ações do Estado em suas diferentes instituições, do setor privado e do movimento indígena. Assim, o tema central abordado trata das disputas territoriais sobre a Terra Indígena em questão, na ótica das ações, dos fatos históricos marcantes e das estratégias de mobilização indígena – em resposta às situações sociais vividas que caracterizaram conflitos ambientais territoriais (Zhourri & Lachefski, 2010). Os resultados parciais apresentados neste momento estão mais direcionados à sistematização deste amplo levantamento de informações que à preocupação sobre a discussão teórica e conceitual.

A metodologia da pesquisa aqui apresentada se baseou nas seguintes atividades: a. levantamento documental e revisão exploratória dos conteúdos relacionados ao tema; b. registro e análise de depoimentos em campo com “anciões” e lideranças “velhas” sobre as questões territoriais e os impactos ambientais da Barragem Norte; c. sistematização de dados e informações

coletadas em dois formatos: uma linha do tempo em formato de tabela (Quadro 1), e um mapa, correlacionado à linha do tempo, com a representação territorial sobre os limites da Terra Indígena e sua configuração histórica, as diferentes unidades de planejamento e gestão sobre o território e as poligonais referentes à algumas categorias de impacto ambiental. Entre os documentos levantados e analisados destacam-se: a criação de leis, decretos, convenções, portarias, que de alguma forma repercutiram em consequências sobre o território em questão; a produção acadêmica de caráter historiográfico sobre o contexto; reportagens, artigos e notícias na mídia local e finalmente os documentos resultantes do processo de mobilização indígena face aos processos de disputa territorial (Acseirad & Coli, 2008) como cartas de denúncia, registros de instituições de assessoria política (como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI) e acordos institucionais entre o movimento indígena local e o Estado. Importante ressaltar que este levantamento documental não foi exaustivo, e mesmo assim foi possível relacionar uma sequência de dados históricos que caracterizam e ajudam a compreender o que se pode entender quanto disputas territoriais na T.I. LaKlãnõ, os principais antagonistas sociais e as configurações territoriais dos limites da T.I. em disputa.

A T.I. Laklãnõ, localizada no Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, Brasil, como dito é formada por indígenas de três etnias: Laklãnõ/Xokleng (família Jê, tronco Macro-Jê), Kaingang (família Jê, tronco Macro-Jê), e Guarani Mbyá (língua Tupi-Guarani, tronco Tupi), sendo que a maior parte de sua população se autodefine como Laklãnõ/Xokleng. Antigamente, após diversos ataques de "bugreiros", que eram mercenários contratados pelo Estado de SC e por empresas colonizadoras para desterritorializar os Xokleng de seu território, os Xokleng se dividiam em três subetnias:

Ao longo da segunda metade do século XIX, período em que teriam se deslocado para Santa Catarina, três facções teriam se constituído: a Lakranó [leia-se Laklãnõ], a Angyidn e a Ngrokòthi-tõ-prèy. Hoje, a facção Angyidn é dada como extinta na Serra do Tabuleiro/SC. A facção Ngrokòthi-tõ-prèy foi contatada em 1912, na região do planalto norte catarinense, próxima ao município de Porto União. Para essa facção existe delimitada a terra indígena Rio dos Pardos, que se encontra completamente intrusada e não abriga mais nenhum ameríndio. Segundo alguns habitantes da TI Ibirama Laklãnõ, os poucos integrantes daquela facção estão dispersos em cidades próximas àquela terra indígena e em parapeiros desconhecidos (BAINES et al, 2012, p. 62).

O primeiro contato com os Laklãnõ ocorreu em 1914 à beira do Rio Hercílio, então município de Ibirama, atual José Boiteux. Osiel Kuita Pate destaca a *"importância do papel dos Kaingang da bacia do Tibagi no Paraná para a realização do contato e de como seus descendentes se miscigenaram em casamentos interétnicos entre os Laklãnõ"* (PATE, 2020, p. 7). Foram quatro famílias Kaingang oriundas da T.I. Apucarantina e São Jerônimo, no Paraná, que decidiram descer ao sul para proteger seus parentes do contato, em parceria com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por volta de 1912.

Os Laklãnõ residiam na foz do rio Platê à beira do rio Hercílio, em casas tradicionais de uma ou duas águas, conforme o arqueólogo Rodrigo Lavina *"os homens se encarregavam de cortar e cravar no chão os pilares de sustentação"*

da estrutura, enquanto que as mulheres reuniam folhas para a cobertura e se encarregavam do restante da construção" (1994, p. 101).

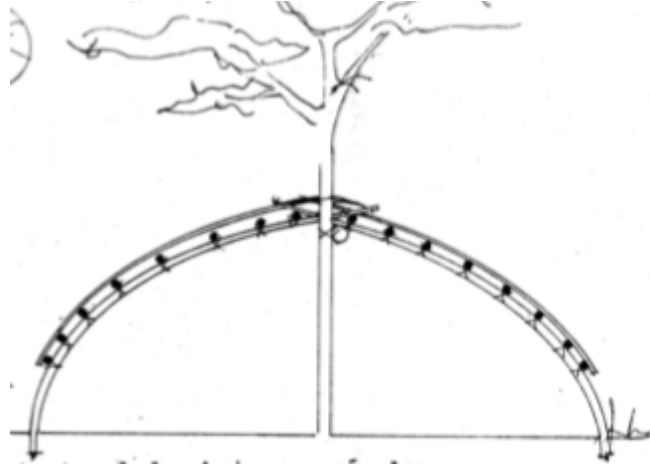


Figura 1: Corte estrutural de abrigo em cúpula. Fonte: (LAVINA, p. 103, 1994)

Após o contato que ocorreu no dia 22 de setembro de 1914, os Laklãnõ construíram suas moradias em madeira, com apoio do SPI, e em cada residência moravam de duas a três famílias. Na década de 1950, um grupo de Guarani que caminhava a região do Vale do Itajaí foi levada para a foz do rio Toldo no rio Hercílio, à norte do rio Platê, onde estabeleceram Aldeia, conformando as três etnias da T.I. Laklãnõ. Na década de 1970 existiam aproximadamente 51 residências na aldeia central Laklãnõ na foz do rio Platê junto ao rio Hercílio, onde cada família ocupava uma "frente", como denominam os Laklãnõ, que equivale a subdivisões territoriais tendo como medida o rio, com variação de 200 a 400 metros por frente. A marcação perpendicular das frentes é feita pelos riachos e córregos que descem das montanhas até o rio. Com isto, o Sistema Territorial Laklãnõ funciona com bases na ocupação tradicional de subdivisões territoriais por famílias ou grupos, que se organizam social e politicamente a partir de suas frentes e limites de riachos, pescando nos rios, plantando nas margens e áreas próximas às casas à beira do rio, e usufruindo a parte da subdivisão ao fundo e acima das montanhas para pomar, coletas e criação de animais domésticos e silvestres. Contudo, as áreas ao redor tornam-se áreas de usufruto coletivo para caça e coleta de plantas para construção, aquecimento, remédios, mel, entre outras atividades coletivas.

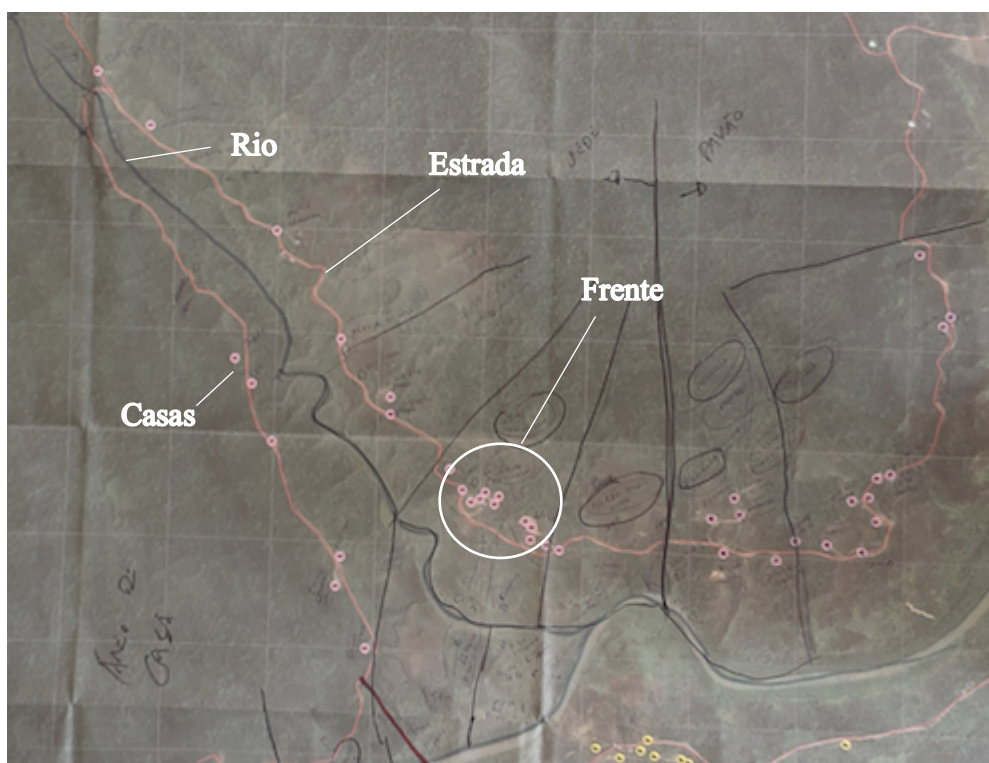


Figura 2: Exemplo de frente de rio e limites por córregos elaborado em atividade de etnomapeamento com lideranças Laklãnõ em junho de 2021.

Entre a década de 1970 e 1980 foi construída a Barragem Norte dentro da T.I., sem nenhuma forma de consulta ao Povo Laklãnõ, sem nenhum estudo de impactos ambientais, sem indenização pela perda da terra, apesar de a Convenção 107/73 da OIT exigir em seu artigo 12 que

1. As populações interessadas não deverão ser deslocadas de seus territórios habituais sem seu livre consentimento, a não ser de conformidade com a legislação nacional, por motivos que visem à segurança nacional, no interesse do desenvolvimento econômico do país ou no interesse da saúde de tais populações.
2. Quando, em tais casos, se impuser um deslocamento a título excepcional, os interessados receberão terras de qualidade ao menos igual à das que ocupavam anteriormente e que lhes permitam satisfazer suas necessidades atuais e assegurar seu desenvolvimento futuro. Quando houver possibilidade de encontrar outra ocupação ou os interessados preferirem receber uma indenização em espécie ou em dinheiro, serão assim indenizados com as devidas garantias.
3. As pessoas assim deslocadas deverão ser integralmente indenizadas por toda perda, por todo o dano por elas sofrido em consequência de tal deslocamento.¹

A Barragem Norte é responsável por represar as águas provenientes dos rios Hercílio e Dollman, e por consequência alaga grandes porções de terra fértil da T.I. Laklãnõ. Por consequências desta grande obra construída pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) autorizada pelo Conselho de desenvolvimento da Presidência da República, perdeu-se toda a planície fértil, utilizada tradicionalmente pelos Laklãnõ no cultivo de diversas

¹ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/indios/lex130a.htm>, visitado em 29 novembro 2021.

espécies alimentícias, perdeu-se toda a riqueza de pesca dos rios, e desconfigurou o Sistema Territorial Laklãnõ que sofre o chamado "êxodo Xokleng" após a primeira catástrofe de alagamento em 1978. Hoje a T.I. se estrutura em dez aldeias (Pliplatol/Barragem, Koplâg, Palmeira, Coqueiro, Figueira, Toldo, Pavão, Sede, Bugiu e Takuaty) – o que repercutiu na menor sociabilidade dos grupos sociais.

Dadas tais informações sobre o contexto histórico de formação do território em questão, explicitamos que a estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: primeiramente, com base nos depoimentos (entre 2015 e 2021²) de “anciões” e lideranças são apresentados de forma breve alguns elementos narrativos dos indígenas sobre o modo de vida, junto ao rio, antes da construção da Barragem Norte. Na segunda parte são apresentadas as informações sistematizadas a partir do levantamento documental que visam demonstrar sistematicamente quais foram os principais fatos e ações do Estado e da iniciativa privada no território da Terra Indígena e também os principais fatos e ações do movimento indígena quanto processos de mobilização e resistência na luta pelo território. Como foram encontrados muitos fatos e ações incidentes sobre o território optamos por apresentar os mesmos em forma de tabela (Quadro 1) em diálogo com o Mapa (Figura 3) para a explicitação dos limites territoriais históricos e as poligonais de maior importância segundo os fatos e ações relatados. O objetivo do mapa é demonstrar espacialmente como os limites da Terra Indígena foram sendo alterados, correlacionados aos fatos históricos. Por fim, na terceira parte é feita uma breve análise sobre as informações sistematizadas. Cabe ainda ressaltar que o esforço principal deste artigo é mais descritivo que analítico, dando maior ênfase sobre a sistematização das informações e menos pela consecução da análise.

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: ENTRE O “CONTATO” E A BARRAGEM NORTE NA PERSPECTIVA INDIGENA.

Na época que moravam junto ao rio, período datado desde o primeiro contato em 1914 até a década de 1970 havia uma fartura de alimentos, conforme apontado por diversos informantes, caracterizada pela diversidade de peixes existente, pelos diversos locais de pesca no Rio Hercílio, com maior profundidade e disponibilidade de diferentes tipos de peixes conforme o local de pesca. Nesta época cada casa se distanciava em torno de cento e cinquenta metros umas das outras, e havia a produção de diversas variedades de alimentos pelas famílias residentes nas casas, como: milho, feijão, aipim, batata doce, frutas, etc. Assim, era possível viver do cultivo do próprio alimento. Nas “expedições” realizadas em 2015, somente à margem esquerda do Rio Hercílio foram georreferenciados os locais de referência dos antigos moradores, com extensas áreas de pomares, roças, com a criação de animais, sem contar ainda com a caça e a pesca como fonte de proteínas.

² Podemos destacar a coleta de depoimentos em dois momentos chave: na realização de “expedições” para a Cartografia Social Laklãnõ realizada desde 2015 através da parceria entre a Escola Indígena Laklãnõ e o Programa de Extensão XXXX (OMITIDO PARA REVISAO CEGA) da Universidade XXXX (OMITIDO PARA REVISAO CEGA). O segundo momento de coleta de depoimentos se deu no trabalho em campo do doutorando XXXX (OMITIDO PARA REVISAO CEGA).

Fica registrado a partir dos dados de 2015 a grande importância dos diferentes locais de referência à beira do Rio Hercílio, o que permite compreender melhor o modo de vida dos antigos moradores desses locais e sua ampla variedade de acesso aos alimentos e aos recursos naturais disponíveis antes do alagamento de leito do rio, ocorrido pela primeira vez em 1978.

Para se ter um exemplo concreto, por registro da filha de Ndili Mokonã, somente nos arredores de sua antiga casa localizada na "frente" dos Mokonã, constavam os seguintes marcos referenciais e recursos:

- 1 antigo cemitério (com 3 ancestrais);
- Plantas frutíferas: bananas (1000 pés), laranja, limão, lima limão, ameixas, somando um total de 2000 pés "de plantas";
- Roça: cana, milho, feijão, aipim, abóboras, melancia, arroz, batata doce, amendoim, totalizando cem mil pés de plantas;
- Criação: 20 cabeças de gado (sendo destes, 10 vacas leiteiras), aves (pato, galinhas, marreco, galinha d'angola, ganso, (total de 200 aves), 100 porcos.

Este é um exemplo entre muitos outros, cujos elementos de seu antigo modo de vida são vistos como "prejuízo do passado", visto que, houve não somente a perda de tais elementos fundamentais à sua subsistência, como também a impossibilidade de continuidade de sua reprodução física e cultural no território Laklãnõ, pois, com o alagamento da cota 310 metros (mais sistematicamente após 1982), todos os antigos moradores da beira do rio tiveram que se deslocar para novas moradias acima da referida cota. Este novo local de moradia é improdutivo pois a terra não é fértil como na beira do rio, sem contar com a impossibilidade de produção por ser um terreno pedregoso.

O modo de vida na T.I. Laklãnõ sempre foi caracterizado por práticas tradicionais de caça, coleta e pesca. A caça, caracterizada por diversas práticas distintas era a maior provedora de proteína animal, e consistia em um rico banquete de diversas espécies – sempre respeitando as épocas apropriadas de reprodução de cada uma das espécies, a única carne de caça não consumida pelos antigos era a carne de capivara.

O extrativismo era uma importante fonte de alimentos, como a coleta do pinhão por exemplo, e também fonte de diversos tipos de materiais diferentes, utilizados no artesanato e na confecção de utensílios de grande valor ao uso no dia a dia. Os locais de coleta de pinhão eram de grande importância pois estes também eram territórios de caça, visto que os pinhões atraíam diferentes animais como a paca, por exemplo. Na cartografia social, na etapa inicial, foram registrados três grandes locais de coleta de pinhão. Estes locais estavam posicionados à montante dos rios afluentes do Rio Hercílio, o que demonstra quanto era estratégico aos indígenas estarem postos à beira do rio, pois não só por consistir em terras férteis, os rios afluentes serviam como estradas de caminhada e destino aos locais tradicionais de coleta e caça. Em depoimento do Sr. Edu (informante visto como "anceião" pelos indígenas), os anciões 'do tempo do mato' decidiram que iriam aceitar o contato à beira do Rio Platê, senão iriam ser assassinados. Deixando a evidência de que este local se mostrava estratégico.

A pesca foi ganhando importância à medida que houve a fixação em proximidade ao rio, e consistia em diversas técnicas para as espécies existentes nos diferentes pontos do rio. Com o alagamento da Barragem Norte houve o significativo assoreamento do Rio Hercílio, e em locais de usufruto tradicional

(de grande profundidade) hoje não resta nada, o rio ficou raso, com as pedras encobertas pela terra. Há relatos como de Brasília Priprá (conhecido como Macaco Véio), de que antigamente o rio não subia com as chuvas. O antigo leito do rio comportava a quantidade de águas da chuva sem a elevação de seu nível, mesmo porque a mata ciliar estava mais preservada. De fato, ocorreu uma significativa diminuição na quantidade e variedade de peixes disponíveis, os antigos locais de referência de pesca hoje não existem mais.

A perda dos antigos locais de garantia de subsistência para a coleta, a caça, a pesca e a roça significou ao longo dos anos na piora da qualidade da alimentação. Novamente, após a primeira enchente de 1978, e a sistemática mudança para as regiões de encostas das montanhas que formam o vale do Rio Hercílio, onde houve a formação das novas aldeias, se impossibilitou o plantio das espécies antes cultivadas, pois as mesmas técnicas de agricultura não seriam mais aplicáveis ao novo terreno.

Segundo o professor Sílvio Coelho dos Santos, em entrevista gravada em 1994, a construção da Barragem Norte teve como real motivação o início de um novo ciclo de intensificação de extração de madeira. De fato, segundo o pesquisador, a região da terra indígena às proximidades do rio já apresentavam uma significativa exploração e esgotamento da madeira, pela própria ação da Indústria Madeireira em parceria de instituições como a Funai; mas restava ainda o alto dos morros. A construção da Barragem Norte veio a consubstanciar a necessidade de novas estradas em cotas mais altas, que por sua vez permitiu o fluxo de escoamento madeireiro.

A desterritorialização dos indígenas às margens do rio representou por um lado o impedimento da produção de subsistência indígena na nova área, pelas questões já apontadas, e por outro, face à necessidade de busca de novas alternativas, a oferta da mão de obra indígena aos setores da produção, incluindo a própria produção madeireira, entre outras. Assim, de uma economia de subsistência muitos indígenas foram lançados na economia industrial da região. Para além da expropriação destes povos indígenas de seu modo de vida tradicional, a intervenção estatal (com a construção da Barragem Norte, principalmente) acirrou seu fluxo à lógica do trabalho assalariado, resultando não só na impossibilidade de produção e coleta de seu próprio alimento, mas na necessidade de aquisição do alimento.

Fica claro assim, a partir das informações levantadas em campo, que a Barragem Norte teve forte influência na perda da soberania alimentar, e conseqüentemente no surgimento dos problemas de saúde ligados ao consumo de alimentos industrializados, entre outros inúmeros problemas.

A construção da barragem demandou a construção de nova infraestrutura na T.I. Antigamente existia a estrada velha, que havia sido construída pela força de trabalho dos próprios indígenas, e seu traçado respeitava a proximidade ao rio. As estradas atuais são aquelas que foram construídas pelas antigas madeireiras, que retiraram as madeiras da T.I. no passado.

Estas estradas foram construídas acima da cota de inundação (de 310 metros), porém em muitas localidades, devido às dificuldades impostas pelo terreno, as estradas foram sendo desviadas de sua rota projetada e construídas abaixo da cota de inundação. As lideranças indígenas contam que a construção abaixo da cota de inundação ocorreu em lugares de dificuldade do traçado, e que portanto, no momento de construção elas foram sendo construídas pelas

vias de mais fácil operação. Em um dos mapas discutidos na Cartografia Social são apontados 9 locais em que a estrada atual fica abaixo da cota de inundação de 310 metros. Ou seja, a cada nova inundação da Terra Indígena as aldeias ficam isoladas por conta da interrupção das estradas pelas águas.

Após a vazão da cheia as aldeias, em muitas situações, continuam em condição de isolamento devido à destruição dos trechos de estrada inundados, essa destruição é causada pelo desmoronamento de terra ora abaixo, ora acima da estrada. Assim, o problema das estradas é constante e novamente resultado da inapropriada ação prática dos órgãos competentes que as construíram no passado.

Junto às moradias antigas existiam ao menos cinco cemitérios dos antepassados, incluindo quatro cemitérios de adultos e um cemitério de crianças. Os antigos acreditavam que era importante enterrar as crianças próximo às moradias pois era uma forma de continuar cuidando delas em espírito, que poderia ser novamente concebido em nova criança. Hoje todos os cemitérios são inundados pelas águas nos períodos de cheia.

Alguns locais vistos como sagrados são aqueles em que antigas lideranças foram assassinadas como no caso do Brasília Lili Priprá, em 1954. Morto por Eduardo Hoerhann com um tiro pelas costas no local conhecido como “boeirão”, à margem direita do Rio Hercílio. Esses pontos são muito importantes pois remontam a história de resistência Laklãnõ, devendo ser sempre lembrados para que a juventude se mantenha conhecedora da história do Povo Laklãnõ.

SISTEMATIZAÇÃO DA LINHA DO TEMPO DE FATOS E AÇÕES QUE AFETARAM A TERRA INDÍGENA LAKLÃNÕ

O levantamento documental foi resultado da análise exploratória sobre 19 documentos acessados através de pesquisa por metabuscadores³, todos estes documentos estão citados nos respectivos fatos na construção da linha do tempo (de 1836 à 2021). Desta forma, o Quadro 1 abaixo apresenta ressaltados na cor amarela as ações e fatos históricos resultantes da mobilização política indígena, e na cor verde as ações e fatos políticos que repercutiram na redefinição de limites territoriais que podem ser observados no mapa⁴.

Quadro 1: Linha do tempo com a relação de fatos históricos e ações incidentes sobre os povos da Terra Indígena Laklãnõ / Xokleng.

³ Foram utilizados dois metabuscadores o *Duckduckgo* que permitiu acessar resultados de busca não ordenado por critérios “comerciais” e o *Scholar Google* para as referências acadêmicas, com palavras-chave informadas em campo, durante a descrição da linha do tempo de eventos e a “Cartografia Social”, entre as palavras-chave utilizadas destacam-se: Xokleng, Madeireira Xokleng, Barragem Xokleng, Botocudos, Blumenau, Militares (com operadores lógicos: “e”, “+”) contando também com o acesso de documentos derivados das primeiras buscas. Destaca-se que não foi realizada a Revisão Bibliográfica Sistemática.

⁴ Recomendamos que o Quadro 1 seja lido simultaneamente com o Mapa, enfatizando principalmente a leitura a partir das linhas referenciadas com a cor verde, pois, nestes momentos históricos se estabeleceram “novos” limites territoriais.

Ano	Fatos históricos e ações com relação direta sobre a Terra Indígena Xokleng Laklãnõ
1836	Concessão de terras pelo governo provincial de SC, pela Lei n. 49 de 15 de junho de 1836 que, entre outras disposições, “ permite a colonização por empresa, quer por companhias, quer individualmente, tanto nacionais como estrangeiras ”
	Criação das Tropas de Pedestres pelo Governo Estadual, cuja principal função era afugentar os indígenas dos locais que atuavam.
1837	Governo Imperial, Decisão de 21 de julho de 1837, a iniciativa de promover a colonização tomada pela Província de Santa Catarina foi sustada argumentando que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina “ <i>excedera a sua autoridade concedendo terras aos colonos</i> ”
	A partir de 1837 constatam-se registros de emigração individual, ainda que pequena, através daquele [de Hamburgo] porto para o Brasil. (RICHTER, 1986, p. 79)
1891	Art 64, C.F. de 1891 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.
1897	Sociedade Colonizadora Hanseática fundou uma de suas últimas colônias, a Colônia Hamônia. // Sociedade Colonizadora Hanseática, seria constituída oficialmente, em Hamburgo, em 30 de março de 1897 (RAMOS, 2006, P. 121)
	Governo provincial decidiu tomar medidas mais enérgicas, pois nessa época se repetia a ameaça dos bugres, renunciando o iminente ataque à colônia. Para isso, foram organizadas “companhias de Batedores do Mato, tanto em Blumenau como também em outras zonas coloniais” (DEEKE, 1995, p. 220).
	Tem início a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande , no sentido norte-sul, tendo o trecho de 264 km entre Itararé e Rio Iguazu (em Porto União) sido concluído em 1905.
	Fundação de Ibirama em 8 de novembro de 1897, um dos 5 municípios em que se situa a Terra Indígena.
1904	Entre os anos de 1904 e 1912, a ação dos bugreiros adquiriu o “caráter de genocídio, ou seja, passou a realizar-se de maneira sistemática, planejada e financiada com recursos públicos” (SERPA, 2015, p. 65).
1908	O naturalista Albert Vojtech Fric denunciou no Congresso de Americanistas, em Viena, Áustria que “a colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios, mortos sem compaixão pelo bugreiros, atendendo a interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terra e do governo”, e, solicita que o Congresso ... “protestasse com êste atos de barbárie para que fôsse tirada essa mancha da história moderna conquista europeia na América do Sul e dado um fim, para sempre, a esta caçada humana”.
1910	Inauguração da Estrada de Ferro Santa Catarina , ligando Agrolândia a Itajaí, passando por Ibirama e Blumenau
	Criação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI sob presidência de Cândido Rondon.

1911	Raul Abbott, do SPI, providenciou a fixação de uma base de atração indígena em Ibirama
1912	Eduardo Hoerhann foi admitido no SPI (posteriormente ficou conhecido como o "pacificador" dos Xokleng, pelos indígenas era visto como o algoz)
	Colônia Hansa, através de José Deecke, comunicava que: <i>"No intento de proteger nobre serviço de catequese de índios, a Sociedade Colonizadora cedia 30 mil hectares, da sua concessão no Alto Rio Hercílio para a Inspeção de Terras poder ali fundar núcleo colonial"</i> . (RAMOS, 2006, P. 249)
1914	Primeiro Contato entre os Xokleng e brancos em 22 de setembro de 1914 no Rio Platê, aperto de mão entre Camlem (liderança indígena) e Eduardo Hoerhann
	O grupo de contato de Eduardo Hoerhann traz duas famílias de Indígenas Kaingang para a tradução da língua (Jê), são os primeiros Kaingang a se fixarem na TI (o então Posto Indígena Duque de Caxias)
1916	Aprovado o Código do Processo Civil que fixou a figura da "incapacidade relativa" dos índios (tal como menores de idade entre 16 e 21 anos) e determinou que eles fossem 'tutelados' até que estivessem integrados à "civilização do país".
	SPI passa a tutelar os Xokleng no Rio Platê.
1920	Conforme relatos do Sr. Osvaldo Pereira Gomes, morador e ancião da Aldeia Plipatol, coletado em 2021, havia sido prometido pelo governador de SC, no ano de 1920, uma área a norte no município de Hamônia, fora da Colônia Hanseática, o que garantiria 60 mil hectares aos Xokleng. (linha verde da Figura 3)
1926	Emitido o Decreto Estadual nº 15, de 3 de abril de 1926 define os primeiros limites da Terra Indígena: necessidade de salvaguardar os interesses dos indígenas aldeados no valle do Rio Plate, distrito de Hamonnia, município de Blumenau (20.000 ha, linha laranja da Figura 3, que acompanha os limites da linha amarela)
1937	Constituição Federal - Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.
1940	O governador do Estado de Santa Catarina Adolfo Konder visita à reserva indígena Duque de Caxias, e logo em seguida escreve uma carta ao General Cândido Mariano da Silva Rondon relatando a situação dos indígenas Xokleng: <i>"Falta-lhe quase todo pessoal auxiliar, alimentos, vestuários, e até medicamento para acudir e curar enfermos"</i> , o que pode ser caracterizado como Crimes de Tutela .
	Admissão no Posto Indígena de grupo Cafuso vindo da região do contestado
1946	Constituição Federal de 1946, Art. 216 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.
1948	Entrada das Igrejas Evangélicas na Terra Indígena.
1950	Inicia-se a discussão dos Projetos para evitar enchentes no Vale do Itajaí (o que futuramente gerou a construção das Barragens de Contenção de cheias, entre elas a Barragem Norte situada dentro da Terra Indígena.

	Segunda metade da década de 50, foi aberta a primeira estrada dentro da TI e iniciou-se o processo de exploração dos recursos florestais da mesma, tanto por índios como pelos madeireiros, com a anuência dos funcionários do SPI e posteriormente da FUNAI (CRUZ, Takuma, 2014).
1951	Criação de Aldeia no Rio Toldo por grupo Guarani Mbyá
1952	Acordo entre Estado (SC) e SPI para retirada de 6 mil ha (entre Deneke e Prata) do Decreto de 1926. (linha amarela na Figura 3)
1953	Mudança do missionário Davi Ramos (com sua esposa) para o Posto Indígena Duque de Caxias, onde permaneceu por dois anos, e nesse período foi erguido o primeiro templo da Igreja no centro da aldeia. (BARTEL, 2019)
1954	Brasílio Priprá vai à sede do SPI no Rio de Janeiro para denúncia dos crimes de Eduardo Hoerhann.
	Eduardo Hoerhann assassinou Brasílio Priprá em 24/08/54 e foi expulso do SPI, assim, Brasílio Priprá passa a ser visto como o libertador dos indígenas de seu algóz.
	Fundação do município de Presidente Getúlio em 10 de fevereiro de 1954, um dos 5 municípios em que se situa a Terra Indígena.
1956	Primeira medição do perímetro da TI. O trabalho apurou uma área de 14.156 ha (FUNAI, 1995) (linha amarela na Figura 3)
1957	Organização Internacional do Trabalho - OIT assina a Convenção nº 107 em 05 de junho de 1957, sobre as populações indígenas e tribais no Brasil, salientando a proteção e integração das populações tribais e semitribais de países.
	Criação do Grupo de Trabalho para acelerar o desenvolvimento econômico da Bacia do Itajaí pelo Conselho de Desenvolvimento da República (Decreto nº 42.427, de 7 de outubro de 1957) (FRAGA, 2001).
1963	Invasão de terras da TI sob liderança do então Prefeito de Ibirama, Manoel Marchetti, e através de seus "testas-de-ferro", Domingo Manoel dos Santos e Firmino Valentim Cardoso, foi invadi-da a área indígena por inúmeros pretendentes a lotes naquelas terras. (DOSSIÊ MARCHETTI, 1977).
1964	Lideranças Xokleng desceram até Blumenau para manifestar contra a invasão de suas terras e pedir apoio do Exército, que ficou 3 meses na área retirando invasores.
1965	Terra Indígena com 14.156,89 ha registrada em cartório de Ibirama na folha 159 do livro 3-1 sob o nº 21.150 na data de 26/10/1965 (FUNAI, 1995) (linha amarela na Fig. 3)
1966	Aprovada no Brasil a Convenção 107 da OIT, através do Decreto Legislativo n. 20, de 30/04/1965, e promulgada pelo Decreto Presidencial n. 58.824 de 14/07/1966, tendo iniciado sua vigência em 18/06/1966.
1967	Constituição Federal de 1967/69 - Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes. § 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

	<p>De 1967 a 1968 houve uma série de concorrências públicas promovidas pelo Gen Bandeira de Melo, então presidente do SPI, para a construção de casas para os indígenas em troca de madeira a ser retirada da Terra Indígena.</p>
	<p>Criação da Fundação Nacional do Índio - Funai, pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967.</p>
1970	<p>Foram assinados entre Manoel Marchetti e a Funai nas datas de outubro de 1970, 1971, 1972 a março de 1973, contratos visando a retirada de madeira do Posto Indígena Duque de Caxias. Os contratos estabeleciam que parte da madeira retirada caberia a Manoel Marchetti e outra parte da madeira à Funai para construção de 110 casas para os indígenas, 60 no Posto Indígena de Ibirama e 50 distribuídas por outros dois Postos Indígenas no Estado de São Paulo. Os quatro contratos previam a retirada de 5.435 m³ de madeira no total, entretanto baseado em cálculos modestos, somente Manoel Marchetti retirou 5.168 m³ de madeira de lei. (DOSSIÊ MARCHETTI, 1977)</p>
1971	<p>Realização de uma sindicância pelo Batalhão 232B de Blumenau sobre as retiradas de madeira, que ficou sem solução. (DOSSIÊ MARCHETTI, 1977)</p>
	<p>Greve para impedir retirada de madeira na TI</p>
1973	<p>Criação do Estatuto do Índio pela Lei 6001/73. Inclusão de proteção contra inundações nas funções do DNOS pela Lei 72872/73.</p>
	<p>Em 1974 os índios se rebelaram contra a exploração madeireira e detiveram dois caminhões da firma Marchetti quando pretendiam, carregados de madeira, sair do Posto Indígena. (DOSSIÊ MARCHETTI, 1977).</p>
1974	<p>Polícia Federal inicia um inquérito que termina com o Procurador da República de Santa Catarina, Evallo Fernandes Campos, denunciando Manoel Marchetti, Carlos Waciner Silva Severo, então chefe do Ponto Indígena, e Francisco Tavares, ex-chefe do Posto, como responsáveis pela exploração do patrimônio florestal do Posto Indígena. "<i>Na reserva índia praticamente só há madeira de primeira qualidade, tais como, canela, peroba vermelha, etc, e as casas ín-dias foram feitas de bagaçu, cacheta, pau mandioca e guamirim que são madeiras moles de péssima qualidade que foram tratadas para emprego na construção de casas</i>". (DOSSIÊ MARCHETTI, 1977).</p>
1975	<p>Chefe do Posto Indígena da FUNAI, Darwin Francisco Pinheiro, e mais de 50 firmas invadiram a reserva para retirada de madeira. Foi montada uma operação pela Polícia Federal, com auxílio de tropas do Exército pertencente ao 232 Batalhão de Blumenau. Foram presos 17 pessoas (somente), entre madeireiros e empregados. A isso, deve-se o fato da operação ter sido desencadeada em um sábado à tarde, dia em que era mínimo o trabalho madeireiro ilegal.</p>
	<p>O Decreto nº 76.392, de 6 de Outubro de 1975 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional - D.N.O.S. - área de terreno situada no Município de Ibirama, no Estado de Santa Catarina (1400 ha). Art. 2º. Excetuam-se desta declaração de utilidade pública, as áreas existentes na região, que constituem Reservas Indígenas.</p>
1976	<p>Início da construção da Barragem Norte com a Construtora Alcino Correia S.A., depois denominada de Construtora Vale do Piracicaba Convap Engenharia e Construcoes SA, de Minas Gerais.</p>

	<p>FUNAI prepara nova concorrência para contratar empresa para a retirada das toras já caídas ou serradas, deixadas no Posto pelos depredadores que não as puderam retirar após a última operação policial. Ganhou a Madeireira JOST que também participou do roubo de madeira em 1975 e era processada pela Justiça. Indígenas reclamam que JOST está tirando mais madeira do que o contratado.</p>
	<p>O Dossiê Marchetti (1977) documenta dois fatos importantes: 1. o relato do técnico de solos da empresa Geobrás que aponta a partir de um levantamento em campo que "o DNOS constrói uma bar-ragem à margem de uma linha limite do Posto Indígena. Consequentemente, quando esta ficar pronta, grande parte do Posto será submerso" aponta também que "<i>Ipso-faeto, os índios deverão ser movidos mais para o interior das margens do rio limítrofe</i>". 2. Afirma também que "Ari Martins atual chefe do Posto mora na cida-de de Ibirama em uma casa da firma Marchetti e é aliado incondicional do referido grupo [Marchetti]".</p>
1977	<p>Criação da Reserva Biológica Sassafrás, com 5.229 ha. O que causa sobreposição sobre a área de 37.000 ha. (poligonal laranja na Figura 3)</p>
1978	<p>Em agosto de 1978 ocorreu a primeira grande enxente na TI Ibirama devido ao entupimento das entradas dos dois tuneis de desvio da vazão da água no canteiro de obras (MULLER, 1985, p. 16). No mapa é apresentada a área referente à lâmina d'agua na cota de inundação (310m). (poligonal azul clara na Figura 3)</p>
	<p>Início do "êxodo" após alagamento</p>
	<p>Indígenas realizam protestos fechando estradas como cobrança à indenização da enxente (pagas aos colonos, mas não pagas aos indígenas) (PRIPRA, A. et al, 1997)</p>
1980	<p>Comunidade indígena solicita ao Governo sua emancipação (em outubro de 1980). Estavam cansados dos estragos das enchentes e da inoperância da FUNAI. Voltaram atrás quando perceberam que por trás da política de emancipação estava a perda dos direitos indígenas - principalmente o direito à terra. (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990)</p>
	<p>Abandono da obra da Barragem Norte (por falta de verba) pela Construtora Alcino Correia S.A.</p>
	<p>Enxente na TI Ibirama em 22/12/1980 com rompimento das ensecadeiras (MULLER, 1985, p. 23)</p>
1981	<p>Abertura de 3a estrada por empreiteira contratada pela barragem.</p>
	<p>Ecoplan foi contratada pelo DNOS para fazer levantamento <i>in loco</i> da área a ser alagada</p>
	<p>Indígenas prendem funcionários da FUNAI exigindo indenização justa pela perda de suas terras (maio). (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990)</p>
	<p>Criam uma Comissão Indígena visando melhor organização de suas ações reivindicatórias (junho). (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990)</p>
	<p>Dossiê Ibirama elaborado por 6 antropólogos da UFSC (fl 135 vol 2) afirmou que a Funai havia recebido do DNOS CR\$ 2.000.000,00 em 03.02.1982</p>

Estabelecimento do Convênio 029/81	
	A construtora C. R. Almeida ganhou licitação e retomou as obras em abril de 1983 (MULLER, 1985, p. 23) após pressão
1983	Em janeiro os Xokleng embargam as obras de Construção da Estrada de contorno do lago a ser formado. Em maio tomam como reféns 15 trabalhadores do DNOS. Apreendem máquinas e embargam a construção da estrada de contorno. (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990)
1984	Termo de Re-ratificação e segundo Aditivo ao Convênio 029/81, em 28/12/1984
1987	Nova demarcação através da empresa Aerodata, apurando uma área de 14.084,886 ha (FUNAI, 1995) (linha amarela na Figura 3)
1988	Promulgada a Constituição Federal de 1988, que estabelece e o fim da tutela da Funai sobre Indígenas. Fundação do município de Doutor Pedrinho, originária de Benedito Novo, um dos 5 municípios em que se situa a Terra Indígena.
1989	Aprovada a Convenção 169 - OIT , novo marco internacional sobre Povos Indígenas e Tribais. Fundação do município de Vitor Meireles, originária de Ibirama, um dos 5 municípios em que se situa a Terra Indígena. Fundação do município de José Boiteux, originária de Ibirama, um dos 5 municípios em que se situa a Terra Indígena.
1990	Extinção do DNOS através da Lei n. 8.029 de 12 de abril de 1990, repassando a competência da Barragem Norte à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, pelo decreto n. 9.9451 de 15 de agosto de 1990. Índigenas interditam estradas e prendem os caminhões que fazem a retirada do material do Canteiro de Obras (abril). Parte deste material deveria ser usada para construção de casas indígenas. (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990) Índigenas ocupam casas vazias do Canteiro de Obras do DNOS são hoje 58 famílias ocupando casas de peões e engenheiros, reivindicando o cumprimento total das indenizações a que tem direito. (EQUIPE ECUMÊNICA, 1990)
1991	Ocupação da Barragem Norte em protesto contra a demora no pagamento das indenizações do Convênio 029/1981
1992	Assinatura do Protocolo de Intenções (em 29/01/1992) entre Funai, Governo Estado SC e Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República (SDR). Plano de Trabalho da Funai Prog. Ibirama, este protocolo é referenciado em Pripra, A. et al (1997) como "Acordo". Ocupação do canteiro de obras da Barragem pelos Xokleng para evitar que trabalhadores da empreiteira e ladrões levassem os materiais Barragem Norte concluída com gastos de \$177.064.000,00 (FRAGA, 2001) Saída do grupo de Cafusos da TI, com destino à sua própria terra demarcada.

1995	Ocupação do Lote 1701 com 278 ha (poligonal hachurada na cor rosa na Figura 3) / Criação da Aldeia Palmeira após expulsão de posseiros
1996	Homologação TI Ibirama 14084,80 ha Decreto Presidencial de 15 de fevereiro de 1996. (linha amarela na Figura 3)
	Retirada da poligonal que contem o Rio Hercílio da Terra Indígena com 14.084.80 ha (com isso, o rio dentro da Terra Indígena e suas margens passam a não pertencer à Terra Indígena assim como alguns trechos de estrada à leste da área de 14.000 ha, ao tempo da Colônia Hanseática o limite se dava até o Rio Vigand) (linha amarela interna, junto ao rio, na Figura 3)
	Criação da Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha (polígono amarelo na Figura 3)
1997	Reivindicação pela comunidade indígena a redefinição dos seus limites e pelo cumprimento do Convênio 29/81 dos impactos da Barragem. (PRIPRA, A. et al, 1997)
	Criação de um Grupo de Trabalho pela Funai para o "reestudo dos limites da terra" (...) "O estudo concluiu que à época da primeira demarcação, em 1914 - a nossa comunidade Xokleng La Klãnõ, possuía uma earea de 37.108 mil hectares (...)" (anexo 8)
1998	Assinatura de um novo convênio (041/SEPPE) , em 2 de julho de 1998, entre o Ministério de Estado de Planejamento e Orçamento, Secretario Especial de Políticas Regionais, Funai, Governador do Estado de Santa Catarina e outros; (PROCESSUAL CIVIL, 2011)
1999	No mês de Julho os Xokleng ocupam Bom Sucesso como forma de pressão sobre a Funai para concluir logo a identificação da Terra. Outubro (25) os indígenas lançam uma campanha pela demarcação da TI. Em novembro (25) a Funai reconheceu oficialmente que os 37.108 ha pertencem aos Xokleng. O Despacho da Terra Indígena no Diário Oficial da União. (PRIPRA, A. et al, 1997)
	Em novembro (25) a Funai reconheceu oficialmente que os 37.108 ha pertencem aos Xokleng. (CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO, 1999)
2003	Realização do primeiro Acampamento Terra Livre em Brasília: Em julho de 2003, cansados de esperar as promessas e o vai-e-vem do relatório entre Funai e Ministro da Justiça, os Xokleng Laklãnõ, juntamente com os Kaingang e Guarani decidem montar acampamento na Esplanada dos Ministérios em frente ao Ministério da Justiça. Após uma semana, o acampamento ganhou reforço do povo Kraô-Kanela. Foram diversas reuniões no ministério da justiça e o acampamento foi desmontado quando houve o compromisso do Ministro em publicar a Portaria Declaratória. Nascia assim o Acampamento Terra Livre, que teria sua primeira versão oficial e nacional no ano seguinte em abril de 2004. (PERIODICO MENSAGEIRO, 2003)
	Emitida a Portaria MJ nº 1.128, de 13 de agosto de 2003, TI Laklano com 37108 ha (Ministério da Justiça, 2003) (linha vermelha na Figura 3)
	Comunidade Indígena La Klano entrou com Ação Civil Pública Nº 2003.72.05.006252-5 (SC) / 0006252-81.2003.4.04.7205 exigindo reparação de danos morais, contra: União Federal, Estado de Santa Catarina, Funai.
2004	Terra Indígena sofre invasão: "(...) novamente os policiais Militares e Civis acompanhados do Prefeito da cidade de Dr. Pedrinho e candidato a reeleição Hartwing

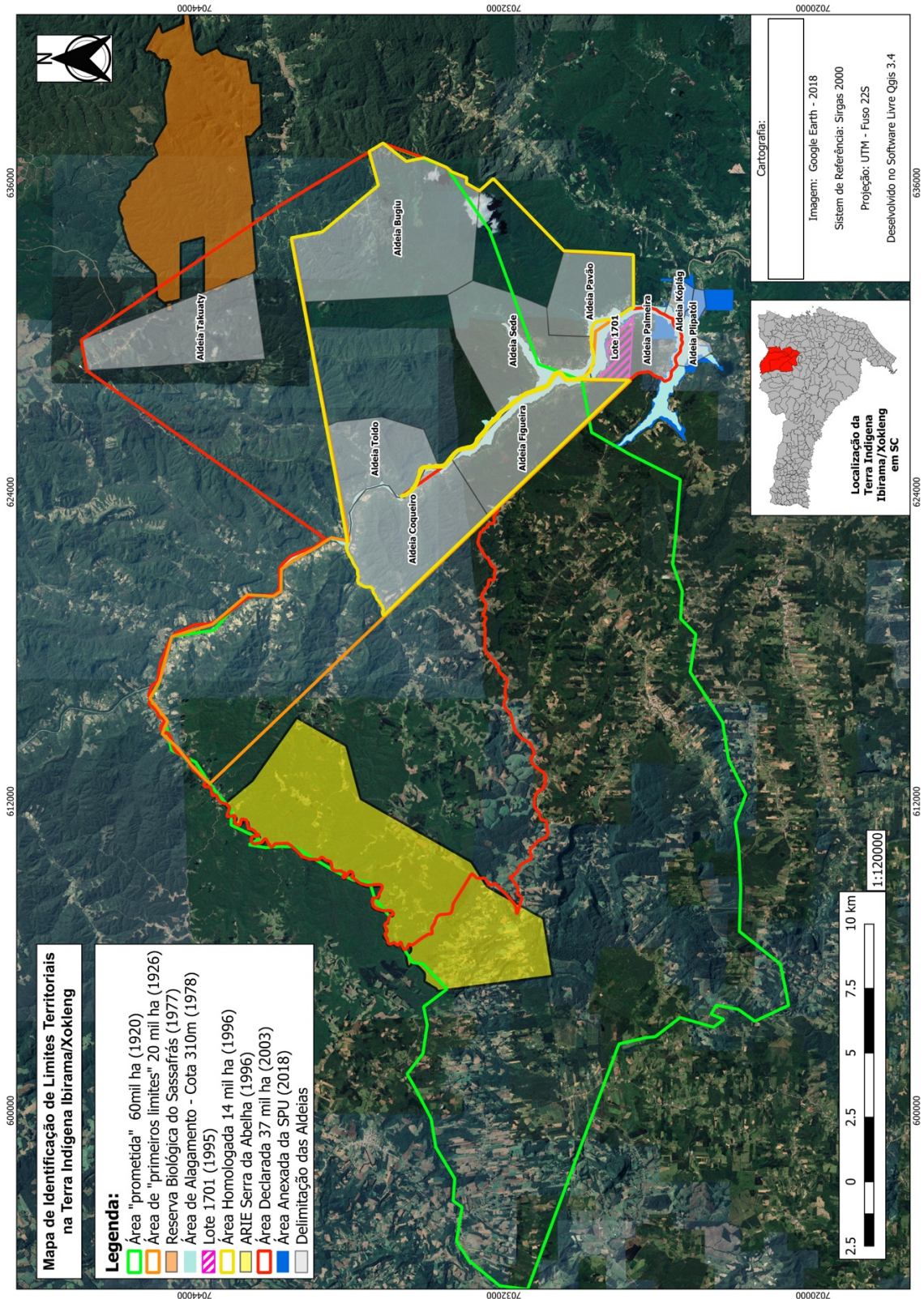
	<p><i>Persum e colonos, num total de aproximadamente 150 pessoas, armados, evadiram e agrediram o povo indígena, na SC 477 aldeia Bugiu, que passa dentro da TI" (PRIPRA, et al. 2004)</i></p>
	<p>Ocorre a paralização da demarcação da Terra Indígena: em setembro de 2003 inicia-se a romaria dos políticos catarinenses ao Ministério da Justiça solicitando a revogação da Portaria Declaratória. Em março de 2004 a FUNAI inicia a demarcação física da Terra Indígena, que foi paralisada em 22 de junho pelo Juiz Federal Cláudio Marcelo Schiessl da 1ª Vara Federal em Joinville, através de decisão em liminar, em ação movida por Faustino Feliciano e outros contra a Funai e União.</p>
	<p>Indígenas interditam a SC 477 por 30 dias "<i>como forma de protestar contra os abusos e discriminações que o povo vem sofrendo</i>" (...) "<i>Em meados de Setembro colonos dispararam diversos tiros em indígenas que estavam trabalhando em local de litígio, ferindo a bala dois indígenas que foram socorridos imediatamente e conseguiram sobreviver, apesar dos ferimentos. Denunciamos o atentado as autoridades, mas nenhuma providência foi tomada até o momento</i>" (PRIPRA, et al. 2004)</p>
	<p>Lideranças indígenas escrevem (em 25 de novembro) ao Ministro da Justiça denunciando as pressões e a invasão da Terra indígena por parte dos políticos da região, contrários a Publicação da Portaria Declaratória, e a ação do poder judiciário local que prendeu indígenas, quando estes foram chamados a prestar depoimentos e pedem providências. (PRIPRA, et al. 2004)</p>
2008	<p>Devido a ataques o presidente da Funai Marcio Meira envia um memorando de n. 103/2008/PRES-Funai, ao Ministro da Justiça Tarso Genro, solicitando o envio da Força Nacional de Segurança para a região para acompanhar o reinício da demarcação da TI.</p>
2012	<p>É encontrado o Relatório Figueiredo nos arquivos do Museu do Índio no Rio de Janeiro, esse relatório é o resultado de uma investigação do Procurador Federal Jader Figueiredo em 1967. Por 45 anos ficou "esquecido" no museu. Neste relatório, contém as violências cometidas no governo militar, e também pelos órgãos indigenistas SPI e Funai contra a Comunidades indígena. Este relatório demonstra como os Xokleng tiveram o seu patrimônio dilapidado pelos funcionários do SPI e Funai. (Ministério do Interior, 1968)</p>
2015	<p>Ocupação e Greve na Barragem Norte</p>
	<p>No mês de abril o presidente da Funai Flávio Chiarelli, visita a TI, e diz em entrevista que "<i>ele se disse surpreso com a situação dos índios acampados e assumiu o compromisso de interceder pela comunidade Laklãnõ-Xokleng em Brasília para que o processo de demarcação de terras avance</i>". (CAMARGO, 2015)</p>
	<p>Início da Cartografia Social Laklãnõ (Mapa da Memória, Mapa das áreas impactadas pela Barragem Norte, Mapa das áreas de uso no canal extravasor, Mapa das demandas de infraestrutura na TI)</p>
	<p>Estabelecimento de novo acordo com a Defesa Civil com 11 itens de negociação, entre eles a realização do Estudo de Impactos Ambientais da Barragem Norte.</p>
2016	<p>Abertura de mais uma Aldeia (Klopâg) Construção de novas casas.</p>
	<p>Ocupação e Greve na Barragem Norte</p>

2017	Ocupação e Greve na Barragem Norte
2018	É emitida a portaria de cessão de uso de área da SPU (860,7 ha) na Reserva Indígena, como forma de reparação dos impactos causados pela área de alagamento pela Barragem Norte. Portaria 12.991 e 12.992 SPU de 06 dezembro de 2018 (poligonal azul escura na Figura 3)
2021	Início do julgamento no STF do "Caso Xokleng" definido como de Repercussão Geral.
	Em resposta ao Acordo com a Defesa Cível em 2015 se inicia o Estudo da Componente Indígena vinculado ao Estudo de Impacto Ambiental da Barragem Norte
	Acampamento em Brasília

A partir do quadro sistematizado pode-se observar que o processo de mobilização e reivindicação do movimento indígena desde os anos 1920 com a promessa de 60 mil hectares, conforme relato do Sr. Osvaldo Pereira Gomes, responde aos diversos momentos de acirramentos dos conflitos ambientais territoriais, como por exemplo nas circunstâncias do “roubo de madeira” da Terra Indígena, da invasão do território, da violência física e simbólica, da morosidade do processo demarcatório, dos impactos ambientais causados pela Barragem Norte. Observa-se também que em muitas destas situações de mobilização há a renovação de acordos com instituições do Estado ou no mínimo um aumento da atenção sobre as questões conflituosas, que, mesmo que aquém das demandas reais do movimento indígena, não permitem um contexto de total descaso sobre os encaminhamentos necessários.

Quanto ao trabalho de análise sobre os conflitos ambientais territoriais cabe ainda a continuidade dos esforços na categorização destes conflitos e a melhor identificação dos antagonistas sociais em cada situação. Por enquanto será feito o exercício aqui de maior detalhamento sobre alguns aspectos específicos sobre a análise dos dados do mapa elaborado. O mapa nos permite verificar que a área definida pela poligonal da lâmina d'água, na cota de inundação de 310 metros, representa uma área de 1.695 ha - cabendo ainda o estudo sobre a área real (sob a lâmina d'água), certamente superior a esta - devendo estar próxima àquela informada por Brasília Priprá de 2.078 ha. Esta área submersa nos momentos de cheia da Barragem Norte está muito além do tamanho da área da SPU, de 928 ha, anexada à Terra Indígena como forma de reparação da área alagada. O fato mais curioso e alarmante em relação à isto é que, desta área de 928 ha transferida pela SPU, 605 ha encontram-se sob a área de lâmina d'água, ou seja é área alagável; restando somente 323 ha de área útil. Em outras palavras, 65% da área “cedida” pela SPU, a título de compensação pelo alagamento, é de área alagável.

Figura 3: Mapa de Identificação de Limites Territoriais na Terra Indígena Ibirama / Xokleng.



Mais “estranho” ainda é o fato ocorrido em 1996, quando da homologação dos limites da Terra Indígena em 14.084,80 ha, foi a imposição de um limite territorial interno (visível na ampliação de escala do mapa) que retira da Terra

Indígena o rio Hercílio. Como ocorre a proibição da inundação em terras indígenas, como decorrência do da criação do Estatuto do Índio (pela Lei 6.001/1973) e a inclusão de proteção contra inundações nas funções do DNOS pela Lei 72.872/1973, a solução encontrada pelo Estado para o contexto da Barragem Norte é a retirada da área de alagamento (e conseqüentemente do rio) dos limites da Terra Indígena. Este fato gerou intensa mobilização e reivindicação nos anos subseqüentes, não estando resolvido até a atualidade. Tais processos de mobilização interna e ocupação de áreas de segurança do canal extravasor, casa de máquinas, inclusive com a construção de barracos com lona preta são nominadas pelos indígenas como “Greve”. Sendo recorrentes as situações de “Greve”, com alteração somente das pautas de reivindicação de uma Greve para outra, porém relativas à problemática histórica que é constante: a questão de reconhecimento e homologação dos limites da terra indígena e os impactos ambientais decorrentes da Barragem Norte.

O Estado configura como um dos principais antagonistas sociais do povo indígena desta Terra, historicamente ligado ao próprio processo de genocídio (1904), extração irregular de madeira (décadas de 1960 e 1970), entre outros, e mais recentemente como agente do processo que gerou o Recurso Extraordinário nº 1.017.365, onde o objeto de disputa se relaciona à criação da “Reserva Sassafrás”, criada em 1977 e que segundo o mapa consta de uma área total de 5.491 ha, sendo que desta 426 ha se localizam dentro da área de 37.108 ha referenciada na portaria do Ministério da Justiça em 2003. Outra área que se encontra em situação de “sobreposição” é a Área de Uso Especial Serra da Abelha, que possui área total 5.016 há (poligonal amarela na Figura 3), estando 3.391 ha dentro desta referida área de 37.108 ha da terra indígena. Dentre outras mitigações apontadas pelos indígenas no ano de 2015, na ocasião da elaboração do mapa de áreas impactadas pela barragem, encontram-se as obras de infraestrutura de acesso e que permitam uma melhor circulação pelas estradas da Terra Indígena, como a necessidade de construção de uma ponte na entrada da TI, visto que com o alagamento este segmento da atual estrada fica submerso, resultando num comprimento total de 1.109 metros, além da demanda de uma nova estrada da Serra Verde de 18.815 metros e da nova estrada para a Aldeia Bugio, distante em 10.624 metros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito que mais definiria os Indígenas da T.I. Laklãnõ, certamente, seria “resistência”. Tanto nas características territoriais quanto sociopolítica, os Laklãnõ mantém o foco na recuperação de seu território tradicional, ou pelo menos uma parte dele, desde antes do contato até atualmente, enquanto aguardam decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao Recurso Extraordinário nº 1.017.365, impetrado pelo Estado de Santa Catarina contra a demarcação da T.I. Laklãnõ. Estado este que, há mais de um século, pagou bugreiros para expulsar os Xokleng de seu território tradicional, e exterminou uma das três subetnias. Os Laklãnõ também aguardam a finalização do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental, iniciado em 2021 pela Defesa Civil de SC, seguindo Termo de Referência da Funai conforme Processo Funai 08620.001515/1994-41 e Processo Ibama no 02001.002710/2016-65.

Contudo, os ataques aos Laklãnõ que antigamente eram diretos, atualmente são indiretos, como relata uma grande liderança que faleceu em 2021, Sr. Aniel Priprá, ao afirmarem que "antigamente era com armas e hoje é com a caneta". Os ataques perpetrados pela mídia local, regional e estadual contra os Laklãnõ perpassa pelo fato do julgamento no STF ter sido incluído como de repercussão geral, pois envolve a absurda falácia do "Marco Temporal" inventada por não-indígenas interessados em exploração imobiliária das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas em todo Brasil. Conforme a decisão do caso da T.I. Laklãnõ seja definido pelos 11 ministros do STF, todos os mais de 400 casos de Terras Indígenas deverão seguir a mesma linha jurídica. A guerra dos mapas, portanto, perpassa pela guerra das narrativas jurídicas onde o mapeamento, tanto geográfico quanto histórico, demonstrado neste artigo, busca contribuir para a continuidade da existência do Povo Laklãnõ, que permanece viva em sua juventude que utiliza as redes sociais como método de ampliação de suas vozes, assim como faziam seus ancestrais ao reivindicar seus direitos, nominadamente as famílias do contato em 1914, o Sr. Brasília Priprá em 1954, as lideranças diante da Barragem Norte em 1978 e 1991, entre outras provas da resistência Laklãnõ que pode ser também definida com a frase "cortaram nossos troncos, mas esqueceram-se de cortar nossas raízes".

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. et al. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008. p. 13-43.
- BAINES, Stephen Grant et al. *Variações interétnicas: etnicidade, conflito e transformações*. 2012. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/variacoessinteretnicas.pdf>, acesso em 29 nov 2021.
- BARTEL, Carlos Eduardo ; MAFRA, A. . A construção do outro: imigração alemã e indígenas Xokleng na colônia Hamônia/Ibirama - um passado presente.. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry; MÜHLEN, Caroline Von; GEVEHR, Daniel Luciano; SANTOS, Rodrigo Luis dos. (Org.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: convergências e reflexões*. Volume 2: 1ed.Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 477-493.
- CAMARGO, Aline. *Entrevista com Flávio Chiarelli*. Jornal de Santa Catarina. 18 de abril de 2015. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-28-presidente-da-Funai-visita-a-TI.pdf>, acessado em 10 de dezembro de 2021.
- CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA LA KLANO XOKLENG. 1999. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-8-Campanha-pela-demarcacao-XK.pdf>, acessado em 10 de dezembro de 2021.
- CRUZ, Takumã M. S. *Etnoecologia de paisagens na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, Santa Catarina, Brasil*. Dissertação (mestrado), Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

DEEKE, José. *O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.

EQUIPE ECUMÊNICA. Ibirama, *Os Xokleng e a Barragem*, 1990. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/XGD00022.pdf>, visitado em 29 nov 2021.

FRAGA, Nilson Cesar. *As enchentes no Vale do Itajaí-Açú/SC: das obras de contenção à indústria da enchente—a problemática ambiental e a relação homem/natureza na busca de soluções*. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 5, n. 1, 2001.

LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*, 1994.

PERIODICO MENSAGEIRO. O Brasil em que Vivemos. Periódicos Mensageiro. Edição nº 140 - Julho/agosto, 2003. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=12410>. Acessado em 10 de dezembro de 2021.

Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Dossiê Marchetti, documentação relativa à situação do Posto Indígena Duque de Caxias, em Ibirama (SC), a exploração e comercialização de madeira realizadas em parceria com as Indústrias Manoel Marchetti S/A, 1977. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65325>, visitado em 29 nov 2021.

Ministério do Interior. Relatório Figueiredo 1967-1968. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocIndio/1>, acessado em 10 de dezembro de 2021. Ministério

Ministério da Justiça. Portaria n. 1.128, de 13 de agosto de 2003. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-17-Portaria-Declaratoria.pdf>, acessado em 10 de dezembro de 2021.

MULLER, Sálvio Alexandre, *Efeitos degradadores da construção da Barragem de Ibirama sobre a Comunidade Indígena*, Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFSC, 1985. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111822>, visitado em 29 nov 2021.

PATE, Osiel Kuita. *O contato descrito pelos Laklãnõ Xokleng, os descendentes de Kaingang e as trocas de costumes e saberes*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204696>, acessado em 29 nov 2021.

PRIPRA, Aniel; NDILLI, Willi; NAMBLA, Angelo; PRIPRA, Vomblê; NUNCFOROO, Lino. Carta de Esclarecimento e Denúncia. maio, 1997. Disponível em, acessado em 10 de dezembro de 2021: <http://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-6-Carta-de-esclarecimento-e-denuncia-1997.pdf>)

PRIPRA, Aniel; KRIRI, Faustino; ALMEIDA, João Adão de; AMANDIO, Ndilli Cuita. Carta ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. novembro de 2004. Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo-18-Carta-ao-MJ-25-11-04.pdf>. Acessado em 10 de dezembro de 2021.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATORIOS.

PREQUESTIONAMENTO. TRF-4 - APEL REEX:6252SC 2003.72.05.006252-5. 2011. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18642328/apelacao-reexame-necessario->

apelreex-6252-sc-20037205006252-5-trf4, acessado em 10 de dezembro de 2021.

RAMOS, Gracinda Clara Pereira. *A formação do território de Santa Catarina com base na concessão de terras públicas*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil), Florianópolis. UFSC, 2006.

RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Blumenau e Joinville*. 2ª ed. rev. e ampl. [1ª Ed. 1986] Florianópolis UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

SERPA, Ivan Carlos. *Os índios Xokleng em Santa Catarina: uma abordagem a partir da relação pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal Catarinense*. Blumenau: IFC, 2015.

ZHOURI, Andréa & LACHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais - Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, Andréa & Lachefski, Klemens (orgs). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.